

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o código DTEX3 na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Iniciou suas atividades em 1951, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e pela Companhia Ligna de Investimentos, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca) e Divisão Revestimentos Cerâmicos. Conta atualmente com dezesseis unidades industriais no Brasil e três unidades industriais na Colômbia, através de sua controlada Duratex S.A. (atual denominação da Tablemac S.A.), mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos, Bélgica, Peru e Uruguai.

A Divisão Madeira opera com quatro unidades industriais no País e três na Colômbia, responsáveis pela produção de painéis de MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF e HDF (painéis de média e alta densidade de fibra), pisos laminados da marca Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com oito unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona.

A Divisão Revestimentos Cerâmicos opera com quatro unidades industriais no País, responsáveis pela produção de revestimentos cerâmicos, com as marcas Ceusa, Cecrisa e Portinari.

b) Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Duratex S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2020.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Foram preparadas seguindo o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes

ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda, Cerâmica Urussanga S.A. (Ceusa), Duratex North America Inc., Duratex S.A.(atual denominação da Tablemac S.A.), Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A, Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V., Duratex Andina S.A.C., e suas controladas indiretas: Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., Cerâmica Portinari S.A., Cecrisa Uruguay S.A., Tablemac MDF S.A.S., Florestal Rio Grande S.A.S..

(b) Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(c) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido (em transações de capital com sócios), bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(d) Investimento em entidade controlada em conjunto (joint operation)

A Duratex Florestal Ltda. controlada da Duratex S.A. que detém 99,99% de seu capital, e a Usina Caeté S.A., mantêm contrato de associação para conjuntamente controlarem a Caetex Florestal S.A., *joint operation* criado para a formação de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil. Essa associação terá prazo de 39 anos e cada sócio possui 50% de participação do capital total da Caetex Florestal S.A..

2.2.2 – Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

O Grupo aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O principal impacto no Grupo em 1º de janeiro de 2019, está relacionado às operações com arrendamento de terras rurais no valor presente de R\$ 488,2 milhões. Os demais arrendamentos compreendem imóveis administrativos, centro de distribuição e veículos no valor estimado de R\$ 13,4 milhões.

Esses valores foram contabilizados no ativo não circulante, na conta de ativos de direitos de uso e de passivos de arrendamento.

O Grupo implementou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada. Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direitos de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustados pelos valores dos pagamentos de arrendamentos antecipados ou acumulados referentes a esses arrendamentos reconhecidos no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O Grupo aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- a) Definição de contrato de arrendamento na transição: o Grupo aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4;
- b) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses: o Grupo reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;
- c) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: o Grupo reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- d) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12 / CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto, quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;

- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

2.8 – Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades do Grupo. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente

é baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido é constituído.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto líquido da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de

circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC's).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 15. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada e saúde

A Companhia e algumas de suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como planos contributários as unidades de Aracaju – SE e o centro de distribuição de Tubarão–SC. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, 09 e 13 operadoras de saúde totalizavam 21.973 e 25.059 vidas respectivamente (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas, é reconhecido como despesa

em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Variação do valor justo dos ativos biológicos

São reconhecidas pela modificação de valoração dos volumes previstos em ponto de colheita, pelos preços atuais do mercado em função das estimativas de volumes.

2.21 – Arrendamentos

Até dezembro de 2018, o Grupo possuía contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacionais são registrados ao custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.22 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Reunião do Conselho de Administração.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e provisão para contingências, teste de *impairment* de ágio, benefícios de planos de previdência e saúde, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

O Grupo adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 49,7 milhões, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 5,9 milhões, líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

c) Benefícios de planos de previdência e saúde

O valor atual dos ativos/passivos relacionados a planos de previdência e saúde depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

d) Provisão para contingências

O Grupo constitui provisão para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias com base na avaliação da probabilidade de perda que é efetuada por seus consultores jurídicos. Os montantes contabilizados são atualizados e a Administração do Grupo acredita que as provisões constituídas até a data de fechamento são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em andamento.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, que são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

a) Contratos de SWAP US\$ x CDI

A controlada Cecrisa possui um contrato desta modalidade, com valor *notional* de US\$ 757 mil, com vencimento 27/04/2020, com uma posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI.

b) Contrato de SWAP Pré x CDI

A Companhia possui dois contratos com valor agregado de R\$ 385.000 sendo o último vencimento em 17/06/2020 com posição ativa em taxa prefixada e posição passiva em um percentual da variação do CDI.

A Companhia contratou essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas prefixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI.

c) Contrato de SWAP IPCA+prefixada x CDI

A Companhia possui dois contratos com valor agregado de R\$ 39.608 com vencimentos em 15/12/2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva em CDI.

A controlada Duratex Florestal possui dois contratos com valor agregado de R\$ 54.774 com vencimentos em 15/12/2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva em CDI.

A Companhia e sua controlada Duratex Florestal contrataram essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + prefixada de juros em dívidas indexadas ao CDI.

d) Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*)

A Companhia possui um contrato dessa modalidade, cujo valor contratado totaliza US\$ 26.253 mil com vencimento em 31/01/2020 e posição vendida em Dólar.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de zerar a exposição cambial na data de contratação (27/12/2019). Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

e) Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *Swap*.

Quadro Demonstrativo						
	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31/12/2019	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	3.000	354.985	3.323	392.891	10	-
Taxa Pré-Fixada	385.000	385.000	395.208	394.890	5.991	-
IPCA +	94.382	44.009	103.336	44.194	8.785	-
Posição Passiva						
CDI	(482.382)	(783.994)	(487.081)	(794.936)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Venda						
NDF	106.550	136.829	106.210	136.155	996	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia.

f) Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% possível e remoto, respectivamente, de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3, nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio e as taxas de juros. Foram utilizados o dólar médio de R\$ 4,0235 e o CDI médio de 4,62% a.a..

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
Risco	Instrumento/Operação	Descrição do risco	Valores em R\$ Mil		
			Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - PRÉ / CDI	Aumento CDI	3.955	2.893	1.715
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas prefixadas		(3.955)	(2.893)	(1.715)
	Efeito Líquido		-	-	-
De taxa de Juros	SWAP - IPCA+ / CDI	Aumento CDI	17.441	(9.322)	(42.062)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas IPCA+		(17.441)	9.322	42.062
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	SWAP - US\$ / CDI	Queda US\$	(13)	(869)	(1.724)
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	13	869	1.724
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	(6)	26.339	52.805
	Objeto de "hedge": dívida em moeda estrangeira (US\$)	(aumento US\$)	6	(26.339)	(52.805)
	Efeito Líquido		-	-	-
Total			-	-	-

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre ou, serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento de determinados passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora			Consolidado			
	Menos de 1 ano	2021 e 2022	2023 a 2029	Menos de 1 ano	2021 e 2022	2023 a 2029	2030 em diante
31/12/2019							
Empréstimos/ Debêntures	803.257	169.624	1.374.186	987.981	989.741	1.435.390	4.273
Fornecedores	439.794	-	-	625.279	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	27.804	-	-	-	-	-	-
Total	1.270.855	169.624	1.374.186	1.613.260	989.741	1.435.390	4.273

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A -Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.000.919	1.982.441	2.948.540	2.862.604
de curto prazo	720.025	656.587	871.865	704.413
de longo prazo	1.280.894	1.325.854	2.076.675	2.158.191
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	459.310	269.488	1.243.223	1.162.241
C=(A-B) Dívida líquida	1.541.609	1.712.953	1.705.317	1.700.363
D- Patrimônio líquido	4.930.863	4.633.703	4.932.168	4.634.867
C/D=Índice de alavancagem financeira	31%	37%	35%	37%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 (R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “*swap*” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Custo amortizado		Passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	1.032.803	990.261	-	-	-	-	1.032.803	990.261
Contas a receber de clientes	1.102.800	1.175.458	-	-	-	-	1.102.800	1.175.458
Contas a receber de partes relacionadas	32.409	38.697	-	-	-	-	32.409	38.697
Depósitos vinculados	62.123	54.528	-	-	-	-	62.123	54.528
Total	2.230.135	2.258.944	-	-	-	-	2.230.135	2.258.944
PASSIVOS								
Empréstimos/ debêntures	-	-	2.461.459	2.067.668	487.081	794.936	2.948.540	2.862.604
Dividendos/JCP	-	-	116.800	546.842	-	-	116.800	546.842
Total	-	-	2.578.259	2.614.510	487.081	794.936	3.065.340	3.409.446

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	30.521	19.369	99.914	92.960
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	110.506	79.020
Aplicações em renda fixa	843	703	74.992	41.883
Certificados de depósitos bancários	427.946	249.416	957.811	948.378
Total	459.310	269.488	1.243.223	1.162.241

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média às taxas aproximadas ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cientes no país	771.820	787.735	1.004.183	1.067.853
Cientes no exterior	80.797	165.996	169.721	182.236
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(55.139)	(62.891)	(71.104)	(74.631)
Total de clientes - Terceiros	797.478	890.840	1.102.800	1.175.458
Total de clientes - Partes Relacionadas	82.335	88.831	32.409	38.697
Total contas a receber	879.813	979.671	1.135.209	1.214.155

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora								Consolidado									
	31/12/2019								31/12/2019									
	Vencidos							Impairment no contas a receber de clientes	Total	Vencidos							Impairment no contas a receber de clientes	Total
A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias		A vencer			Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias				
Cientes no país	690.544	22.241	3.994	2.601	8.673	43.767	(54.304)	717.516	903.431	26.702	4.224	3.492	11.104	55.230	(68.657)	935.526		
Cientes no exterior	43.572	16.747	5.576	5.711	4.647	4.544	(835)	79.962	114.948	24.866	9.484	6.840	5.940	7.643	(2.447)	167.274		
Partes relacionadas	56.297	7.792	6.697	3.281	5.580	2.688	-	82.335	31.960	15	11	99	50	274	-	32.409		
Total	790.413	46.780	16.267	11.593	18.900	50.999	(55.139)	879.813	1.050.339	51.583	13.719	10.431	17.094	63.147	(71.104)	1.135.209		
	31/12/2018								31/12/2018									
	Vencidos							Impairment no contas a receber de clientes	Total	Vencidos							Impairment no contas a receber de clientes	Total
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias				A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Cientes no país	722.298	943	3.383	2.846	7.306	50.959	(62.645)	725.090	926.599	39.888	14.251	6.170	10.848	70.097	(74.178)	993.675		
Cientes no exterior	86.737	36.637	27.389	6.956	5.248	3.029	(246)	165.750	126.369	25.741	17.032	6.550	4.123	2.421	(453)	181.783		
Partes relacionadas	53.014	22.819	1.000	1	191	11.806	-	88.831	38.601	-	18	11	26	41	-	38.697		
Total	862.049	60.399	31.772	9.803	12.745	65.794	(62.891)	979.671	1.091.569	65.629	31.301	12.731	14.997	72.559	(74.631)	1.214.155		

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais, venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito e informações do mercado.

O limite de crédito poderá ser definido com base num percentual da receita líquida, do patrimônio líquido, ou uma combinação entre estes, considerando ainda o volume médio de compras mensais, mas sempre amparado pela avaliação da situação econômico-financeira, documental, restritiva e comportamental da Empresa.

Os clientes são classificados como A, B, C e D pelo seu tempo de relacionamento e histórico de pagamentos.

Classificação	Tempo de cadastro	Histórico de pagamentos	% do saldo da carteira de clientes	
			31/12/2019	31/12/2018
A	acima de 05 anos	Pontual	19%	41%
B	acima de 03 anos	até 01 dia de atraso médio	0%	3%
C	abaixo de 03 anos	Acima de 01 dia de atraso médio	78%	52%
D		Inadimplentes	3%	4%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Apresentamos a seguir a movimentação do *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para perdas de crédito esperadas), de acordo com as diretrizes do IFRS 9 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(62.891)	(70.489)	(74.631)	(78.732)
Ajuste de transição do CPC 48	-	(3.963)	-	(5.001)
Aquisição de controlada - Cecrisa	-	-	(10.710)	-
(Constituição) reversão	(9.245)	(6.217)	(11.359)	(10.382)
Baixa de títulos	16.997	17.778	25.596	19.484
Saldo final	(55.139)	(62.891)	(71.104)	(74.631)

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	234.842	232.132	427.137	324.382
Matérias-primas	189.179	205.182	267.202	259.766
Produtos em elaboração	108.828	100.821	139.494	123.586
Almoxarifado geral	111.961	106.288	124.566	115.825
Adiantamentos a fornecedores (*)	20.624	22.377	1.725	660
Perda estimada na realização dos estoque (-)	(73.602)	(18.843)	(106.831)	(26.920)
Total	591.832	647.957	853.293	797.299

(*) No consolidado, foram eliminados os adiantamentos da Controladora para a Controlada Duratex Florestal Ltda..

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(18.843)	(17.826)	(26.920)	(26.243)
Aquisição de controlada - Cecrisa	-	-	(36.684)	-
Constituições	(87.158)	(18.834)	(99.127)	(29.592)
Reversões	-	-	22.954	897
Baixas	32.399	17.817	33.120	28.175
Variação cambial	-	-	(174)	(157)
Saldo final	(73.602)	(18.843)	(106.831)	(26.920)

Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fundação Itaúsa Industrial (1)	2.806	1.707	2.806	1.707
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos (2)	1.500	13.257	12.500	284.214
Retenção de valores na aquisição de empresas	2.381	2.931	2.381	2.931
Sinistros a receber	432	2.496	446	2.496
Venda de energia elétrica	7.362	1.361	7.583	1.361
Diferencial de alíquota	200	2.243	200	2.243
Crédito de rebate	415	1.036	415	1.036
Demais valores a receber	2.996	5.219	5.729	6.167
Total Circulante	18.092	30.250	32.060	302.155
Fundação Itaúsa Industrial (1)	5.613	-	5.613	-
Venda de empresa controlada	18.200	60.000	18.200	60.000
Venda de fazendas/Imóveis (2)	1.926	2.174	72.953	16.387
Fomento nas operações florestais (3)	-	-	10.430	9.734
Valores a receber dos sócios participantes das SCP's	-	-	5.206	5.206
Ativos indenizáveis (4)	17.365	26.219	17.365	26.219
Retenção de valores na aquisição de empresas	30.925	29.778	30.925	29.778
Demais valores a receber	2.648	2.631	6.501	6.839
Total Não Circulante	76.677	120.802	167.193	154.163

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial;

(2) Saldos relativos as vendas de ativos imobilizados, principalmente de fazendas;

(3) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato;

(4) Valores contabilizados na aquisição das controladas Ceusa e Massima, relativos a direitos de receber dos ex-proprietários em caso de a Duratex ter desembolsos futuros oriundos da referida aquisição.

Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social a compensar	63.315	47.120	96.874	80.162
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (*)	7.494	8.913	10.703	11.234
PIS e COFINS a compensar	17.813	20.398	33.991	21.002
ICMS e IPI a recuperar	7.359	8.226	33.514	29.105
Outros	5.181	3.428	11.140	7.398
Total circulante	101.162	88.085	186.222	148.901
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (*)	11.159	11.256	16.542	13.560
Total não circulante	11.159	11.256	16.542	13.560

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas

desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 53.504 de créditos detidos pela controlada Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda..

O quadro abaixo demonstra os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, registrados em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	66.400	77.451	98.714	88.643
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	12.793	14.016	25.023	17.042
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	9.221	8.644	11.013	10.204
Provisões para perdas nos estoques	25.024	6.406	33.000	6.578
<i>Impairment</i> de imobilizado	-	28.584	-	29.308
Provisão de comissões a pagar	1.784	1.521	4.067	1.837
Provisões diversas	17.578	18.280	25.611	23.674
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	335.841	242.256	438.758	282.114
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	134.047	133.544	163.614	160.892
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	28.856	22.257	41.955	28.404
Provisões fiscais	29.729	20.826	32.445	22.020
Provisões cíveis	-	-	22.449	-
<i>Impairment</i> de imobilizado	54.249	-	70.585	-
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	7.416	7.335	9.495	8.949
Provisão para perdas em investimentos	492	492	492	492
Provisão sobre benefício pós emprego	15.480	10.105	24.389	10.105
Provisão sobre valor justo financiamento	2.108	1.333	3.801	1.408
Imposto de renda sobre lucros no exterior	49.060	37.702	49.060	37.702
Provisões diversas	14.404	8.662	20.473	12.142
Total de ativos de impostos diferidos	402.241	319.707	537.472	370.757
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(18.639)	(20.236)	(66.533)	(41.373)
Ajuste a valor presente de financiamento	(2.467)	(1.173)	(4.160)	(1.173)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(1.095)	(11.620)	(1.142)	(11.620)
Imposto de renda - depreciação acelerada	-	-	(27.779)	(16.137)
Venda de imóvel	-	(868)	(1.392)	(5.869)
Ativo biológico	-	-	(189.847)	(185.934)
Carteira de clientes Satipel	(36.665)	(42.258)	(36.665)	(42.258)
Valor justo previdência complementar	(30.439)	(31.127)	(33.674)	(34.338)
Carteira de clientes Tablemac	-	-	(3.795)	(4.087)
Mais valia de ativos	-	-	(18.773)	(18.345)
Outros	(38.187)	(21.479)	(35.056)	(37.541)
Total de passivos de impostos diferidos	(127.492)	(128.761)	(418.816)	(398.675)
Total líquido ativo diferido	274.749	190.946	331.570	230.528
Total líquido passivo diferido	-	-	(212.914)	(258.446)

Demonstrativo da realização estimada dos ativos de impostos diferidos.

Ano	Controladora	Consolidado
2020	66.400	98.714
2021	28.816	50.444
2022	49.070	73.273
2023	61.645	87.829
2024	76.389	96.928
2025	95.404	95.404
2026	24.517	34.880
Total	402.241	537.472

A realização estimada dos ativos de impostos diferidos tem por base estudos elaborados pela Administração do Grupo, que demonstram a capacidade de cada uma das entidades detentoras dos respectivos créditos tributários em gerar resultados tributários futuros.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	190.946	(27.918)
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	68.020	86.328
Aquisição da controlada Cecrisa	-	39.878
Transferência de IRPJ no exterior	11.358	11.358
Varição Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior(*)	-	(964)
IR/CS referente benefício pós emprego(*)	4.425	9.974
Saldo em 31.12.2019 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	274.749	118.656

(*) Registrado como resultado abrangente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

No ativo não circulante	274.749	331.570
No passivo não circulante	-	(212.914)

Nota 11 – Partes relacionadas
a) Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas												
	Duratex Florestal		Hydra Corona		Duratex Andina		Cerâmica Urussanga		Duratex Colômbia		Duratex North America		Duratex Europe
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Ativo													
Cientes (1)	81	3	13	165	1.108	3.418	-	-	8.949	2.786	39.731	43.762	-
Valores a receber (2)	151	60	157	119	-	-	48	-	-	-	-	-	4.354
Juros sobre Capital Próprio	-	33.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo c/ controladas (3)	12	5	20	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo													
Fornecedores (4)	20.999	27.020	6.277	8.554	208	-	-	-	167	-	153	-	-
Contas a pagar	1.000	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado													
Vendas (5)	6	6	2.015	175	1.256	9.541	111	6	46.123	54.956	58.083	87.885	-
Compras (6)	(155.677)	(295.144)	(94.829)	(30.961)	-	-	(21)	-	-	-	-	-	-
Financeiro	(26)	26	4	371	188	756	6	633	1.527	588	1.464	6.338	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (5);

(2) R\$ 4.354 referente venda de ações da Duratex Belgium à Duratex Europe;

(3) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa;

(4) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima mencionado no item (6);

(5) Fornecimentos de produtos no mercado interno e no Peru, Estados Unidos, Canadá e Colômbia;

(6) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira (Duratex Florestal) e aquisição de produtos linha Hydra para revenda.

Descrição	Controladas indiretas	
	Cecrisa Revestimentos	LD Florestal (*)
	31/12/2019	31/12/2019
Ativo		
Cientes (1)	44	-
Passivo		
Passivos de arrendamento partes relacionadas	-	260.266
Resultado		
Vendas (2)	44	-
Custos com arrendamentos (3)	-	(23.698)

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (2);

(2) Fornecimentos de produtos no mercado interno;

(3) Referem-se aos custos com os contratos de subarrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a LD Florestal S.A. relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R\$ 2.190, valores que são reajustados anualmente, conforme estabelecido em contrato. Tais contratos possuem vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

(*) Empresa não consolidada, com controle compartilhado.

b) Saldos e operações com a controladora

Descrição	Itausa Investimentos Itaú S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Cientes (1)	11	-
Resultado		
Vendas (2)	33	219
Despesas de aluguel (3)	(4.470)	(4.489)
Outros resultados (4)	(361)	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;

(2) Vendas no mercado interno;

(3) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

(4) Serviços contratados de análises e planejamento econômico.

c) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.		Ligna Florestal Ltda.		Fibria Celulose	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo						
Cientes (1)	32.398	38.697	-	-	-	-
Passivo						
Passivos de arrendamento partes relacionadas	-	-	29.166	-	-	-
Resultado						
Vendas (2)	125.013	154.684	-	-	-	35.218
Custos com arrendamentos (3)	-	-	(2.788)	(24.507)	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;

(2) Vendas no mercado interno;

(3) Referem-se aos custos com os contratos de arrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R\$ 258, valores que são reajustados anualmente, conforme estabelecido em contrato. Tais contratos possuem vencimento em julho de 2038, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

DESCRIÇÃO	Itaúsa Empreendimentos S.A.		Itaú Unibanco		Itaú BBA S.A.
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Ativo					
Aplicações financeiras (1)	-	-	42.740	19.328	-
Passivo					
Outros passivos (2)	-	-	5.280	7.920	-
(-) Custo na emissão de debêntures	-	-	-	-	(2.391)
Resultado					
Rendimentos de aplicações (3)	-	-	2.337	1.196	-
Despesas financeiras (4)	-	-	(56)	(1.633)	-
Outros resultados (5)	(230)	(507)	-	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia;

(2) Prestação de serviços e pagamento;

(3) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1);

(4) Despesas com cobranças de títulos;

(5) Serviços contratados de análises e planejamento societário.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2019 não houve a necessidade de constituição de *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) envolvendo operações com partes relacionadas.

d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos Administradores da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi R\$ 16.879 como honorários (R\$ 16.504 em 31 de dezembro de 2018), R\$ 17.247 como participações estatutárias (R\$ 11.366 em 31 de dezembro de 2018) e remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações R\$ 4.446 (R\$ 2.337 em 31 de dezembro de 2018), aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019.

Nota 12 – Investimentos em controladas e coligadas
a) Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladas diretas													Coligada		Controle Compartilhado		
	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Bale Com. Prod.	Pescara Adm. Part.	Trento Adm. Part.	Duratex Europe	Duratex Belgium	Griféria Sur	North America	Duratex Colômbia	Hydra Corona	Duratex Andina	Massima Invest.	Cerâmica Urussanga	Viva Decora	LD Florestal S.A.	Total
Ações/ quotas possuídas (Mil)	301	12	374	-	-	1	47	-	3.112	500	29.599	259.650	1.637	-	2.723.449	536	42.657	
Participação %	99,99	99,99	99,99	90,00	-	100,00	100,00	-	56,90	100,00	87,40	100,00	100,00	-	99,98	35,07	50,00	
Capital social	901.542	12	374	10	-	1	392.358	-	426	886	54.332	259.650	1.771	-	326.216	687	177.452	
Patrimônio líquido	1.218.697	364	1.637	10	-	1	138.834	-	(1.333)	15.414	531.889	144.605	2.167	-	779.191	4.187	197.635	
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	231.877	1	28	-	-	-	139.425	5.035	1	(804)	67.265	14.750	(163)	-	11.539	(5.061)	2.398	
Movimentação dos investimentos																		
Em 31 de dezembro de 2017	1.504.876	288	1.607	9	1	1	470.740	2.876	-	-	-	247.764	1.623	76.962	84.303	6.260	-	2.397.310
Resultado de Equivalência	580.283	75	14	-	-	-	77.958	463	476	-	-	(56.999)	379	3.691	37.552	(1.420)	44	642.516
Varição do resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.355)	-	-	-	-	-	(4.355)
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.601	141.162	-	-	155.763
Aumento / Aporte de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.229	39.164	41.393
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.906	-	1.906
Incorporação Massima pela controlada Ceusa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.873)	63.873	-	-	-
Transferência por incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.878)	30.878	-	-	-
Impairment Ágio e Marca Corona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.009)	-	-	-	-	-	-	(5.009)
Aumento de Capital com bens	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206	-	-	-	-	37.431
Venda de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.048)	-	-	(260)	-	-	(2.217)
Varição cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	-	37.000	223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.417
Equivalência patrimonial reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	(476)	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.418)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.431
Amortização de mais valia de ativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.333)	-	(651)	(3.737)	-	-	(2.217)
Dividendos (Juros sobre Capital Próprio	(298.699)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.721)
Amortização de mais valia de estoque, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(298.699)
Em 31 de dezembro de 2018	1.786.460	363	1.623	9	-	1	565.698	3.562	-	-	-	176.020	2.208	-	353.553	9.066	39.208	2.957.771
Resultado de Equivalência	231.877	1	28	-	-	-	139.425	131	38	(21.860)	(62.985)	14.750	(163)	-	11.538	(1.848)	1.199	322.131
Varição do resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.154	-	-	-	-	-	2.154
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.685	-	-	600.685
Aumento / Aporte de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74	67.257	67.331
Varição cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	(14)	-	-	-	17.140	(19)	-	-	-	-	122	-	72	-	-	17.301
Equivalência patrimonial reflexa	(7.254)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.265)	-	-	(269)	(269)	2.022	1	(8.165)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)
Amortização de mais valia de ativos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.170)	-	-	(4.783)	-	-	(7.953)
Dividendos	(794.998)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(794.998)
Venda da participação na Duratex Belgium	-	-	-	-	-	-	-	(3.674)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.674)
Ágio - expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.255	-	5.255
Baixa da marca DuctaCorona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.837)	-	-	-	-	-	-	(8.837)
Redução do capital da Duratex Europe	-	-	-	-	-	-	(603.432)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(603.432)
Ações recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.274	517.276	-	-	-	-	-	-	554.550
Transferência de mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.463	-	-	-	-	-	-	-	49.463
Em 31 de dezembro de 2019	1.216.085	364	1.637	9	-	1	138.831	-	-	15.414	513.754	177.652	2.167	-	960.796	14.569	107.665	3.148.944

Descrição	Controladas indiretas			
	North America	Duratex Colômbia	Duratex Belgium	Cecrisa Revestimentos
Acções/ quotas possuídas (Mil)	500	33.622	-	2.822
Participação %	100,00	11,88	-	100,00
Capital social	886	54.332	-	249.981
Patrimônio líquido	15.414	531.889	-	236.343
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(804)	67.265	5.035	1.248
Movimentação dos investimentos				
Em 31 de dezembro de 2017	13.823	371.945	54.062	-
Resultado de Equivalência	(533)	81.779	8.699	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	2.344	24.846	4.206	-
Dividendos	-	(29.707)	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	15.634	448.863	66.967	-
Extinção da Duratex Belgium com acervo líquido absorvido pela Duratex Europe	-	-	(76.635)	-
Aquisição Cecrisa - valor contábil	-	-	-	(3.331)
Ágio expectativa rentabilidade futura	-	-	-	163.000
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	238.605
Resultado de equivalência	(804)	67.105	4.904	1.248
Equivalência patrimonial reflexa	-	-	-	(252)
Variação cambial sobre patrimônio líquido	584	1.793	4.764	73
Transferência de ações para Duratex S.A.	(15.414)	(451.417)	-	-
Mais valia de ativos Cecrisa	-	-	-	376.264
Mais valia de estoques Cecrisa	-	-	-	9.911
Em 31 de dezembro de 2019	-	66.344	-	785.518

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

No período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2019, a Duratex S.A., concedeu à sua controlada Cerâmica Urussanga S.A., adiantamentos para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$ 600.685.

c) Aporte de capital em coligada

Em 01 de julho de 2019 e 17 de outubro de 2019, a Duratex S.A. aumentou o capital social da LD Florestal S.A., nos montantes de R\$ 30.405 e R\$ 36.852, respectivamente.

Em 18 de outubro de 2019, a Duratex S.A. aumentou o capital social da Viva Decora Internet S.A., nos montantes de R\$ 5.329, respectivamente.

d) Aquisição “Cecrisa” pela controlada Cerâmica Urussanga S.A.

Em 31 de julho de 2019, a controlada Cerâmica Urussanga S.A. (“Ceusa”), adquiriu 100% das ações do capital social da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. e de suas controladas Cerâmica Portinari S.A. e Cecrisa Uruguay S.A. (juntas “Cecrisa”), empresas especializadas na fabricação de revestimentos cerâmicos. O valor da contraprestação paga/pagar foi de R\$ 378.308.

A aquisição das ações da “Cecrisa” alinha-se à estratégia de crescimento da Companhia em segmentos sinérgicos aos negócios atuais.

Desde a data de aquisição, a Cecrisa contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$ 305.310 e resultado de R\$ 1.248.

Em cumprimento ao CPC 15 (R1), a Companhia irá concluir a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em 31 de julho de 2019 em até 12 meses a contar da data da combinação de negócios.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos identificáveis da Cecrisa, na data de aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	15.923
Contas a receber de clientes	138.784
Estoques	128.300
IR e CS diferidos	39.878
Outras contas a receber e demais créditos	30.669
Crédito Eletrobras	46.132
Depósitos judiciais	22.972
Ativos não circulante disponível para venda	1.555
Imobilizado	546.489
Ativos de direito de uso	8.763
Intangível	163.233
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(304.820)
Fornecedores	(99.851)
Passivo de arrendamento	(9.458)
Contas a pagar e obrigações com pessoal	(70.237)
Impostos e contribuições	(3.703)
Benefícios pós emprego	(9.365)
Parcelamento de tributos	(173.181)
Provisão para contingências e outros passivos	(256.775)
Acervo Líquido	215.308
Contraprestação paga e a pagar na aquisição	100,00%
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)	378.308
	(163.000)
Fluxo de caixa no momento da aquisição	
Caixa líquido adquirido com a controlada	15.923
Caixa pago	(289.765)
Fluxo de saída de caixa, líquido	(273.842)

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 3.453 foram reconhecidos na demonstração de resultado como despesas administrativas.

A Companhia espera ter benefícios fiscais futuros pela amortização do ágio e das mais valias reconhecidas nesta combinação de negócios.

O ágio de R\$ 163.000 compreende o valor dos benefícios futuros decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos é de R\$ 138.784 de curto prazo e não foram apuradas diferenças significativas entre os valores nominais e valores justos. Não houve perda por redução no valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

Nota 13 – Imobilizado

a) Movimentação

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2017								
Custo	136.981	889.134	3.865.950	121.530	43.746	23.390	172.096	5.252.827
Depreciação acumulada	-	(391.188)	(2.253.886)	-	(30.283)	(22.476)	(119.465)	(2.817.298)
Saldo contábil, líquido	136.981	497.946	1.612.064	121.530	13.463	914	52.631	2.435.529
Em 31/12/2018								
Saldo inicial	136.981	497.946	1.612.064	121.530	13.463	914	52.631	2.435.529
Aquisições	-	863	39.827	90.919	835	262	7.621	140.327
Baixas	-	(1.259)	(28.599)	(267)	(39)	-	(929)	(31.093)
Depreciações	-	(29.047)	(224.637)	-	(2.469)	(427)	(13.153)	(269.733)
Transferências	-	9.416	124.149	(139.227)	310	354	4.998	-
Transferência para ativo circulante (*)	(244)	(2.336)	(34.982)	-	(230)	-	(803)	(38.595)
Saldo contábil, líquido	136.737	475.583	1.487.822	72.955	11.870	1.103	50.365	2.236.435
Saldo em 31/12/2018								
Custo	136.737	895.818	3.966.345	72.955	44.622	24.006	182.983	5.323.466
Depreciação acumulada	-	(420.235)	(2.478.523)	-	(32.752)	(22.903)	(132.618)	(3.087.031)
Saldo contábil, líquido	136.737	475.583	1.487.822	72.955	11.870	1.103	50.365	2.236.435
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	136.737	475.583	1.487.822	72.955	11.870	1.103	50.365	2.236.435
Aquisições	42.654	974	28.863	75.836	1.114	24	3.894	153.359
Baixas	-	(15.440)	(68.787)	(7.386)	(431)	-	(1.018)	(93.062)
Depreciações	-	(29.110)	(216.951)	-	(2.443)	(512)	(12.749)	(261.765)
Transferências	(5.811)	11.587	65.483	(77.976)	635	363	5.719	-
Transferência para propriedades para investimentos	-	(857)	-	-	-	-	-	(857)
Saldo contábil, líquido	173.580	442.737	1.296.430	63.429	10.745	978	46.211	2.034.110
Saldo em 31/12/2019								
Custo	173.580	892.082	3.991.904	63.429	45.940	24.393	191.578	5.382.906
Depreciação acumulada	-	(449.345)	(2.695.474)	-	(35.195)	(23.415)	(145.367)	(3.348.796)
Saldo contábil, líquido	173.580	442.737	1.296.430	63.429	10.745	978	46.211	2.034.110

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício de 2018 para ativos não circulante disponível para venda.

Consolidado	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2017								
Custo	730.600	1.040.435	4.237.418	125.424	55.551	59.975	215.372	6.464.775
Depreciação acumulada	-	(415.742)	(2.334.866)	-	(39.162)	(50.652)	(134.212)	(2.974.634)
Saldo contábil, líquido	730.600	624.693	1.902.552	125.424	16.389	9.323	81.160	3.490.141
Em 31/12/2018								
Saldo inicial	730.600	624.693	1.902.552	125.424	16.389	9.323	81.160	3.490.141
Aquisições	9.239	1.231	56.946	155.175	1.847	1.415	11.941	237.794
Baixas	(57.111)	(1.472)	(33.565)	(344)	(57)	(92)	(3.358)	(95.999)
Depreciações	-	(32.390)	(262.665)	-	(2.943)	(2.335)	(18.418)	(318.751)
Transferências	-	10.198	151.597	(173.423)	478	4.080	7.070	-
Amortização - Mais Valia	-	(2.772)	(4.859)	-	(21)	(7)	(62)	(7.721)
Varição cambial	9.673	5.232	12.499	89	30	38	617	28.178
Transferência para ativo circulante (*)	(56.233)	(2.336)	(34.982)	-	(230)	-	(1.080)	(94.861)
Saldo contábil, líquido	636.168	602.384	1.787.523	106.921	15.493	12.422	77.870	3.238.781
Saldo em 31/12/2018								
Custo	636.168	1.050.516	4.385.054	106.921	57.598	65.409	230.500	6.532.166
Depreciação acumulada	-	(448.132)	(2.597.531)	-	(42.105)	(52.987)	(152.630)	(3.293.385)
Saldo contábil, líquido	636.168	602.384	1.787.523	106.921	15.493	12.422	77.870	3.238.781
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	636.168	602.384	1.787.523	106.921	15.493	12.422	77.870	3.238.781
Aquisições	42.763	1.229	40.719	195.021	1.895	2.533	8.970	293.130
Baixas	(44.134)	(16.566)	(74.754)	(7.542)	(477)	(144)	(2.308)	(145.925)
Depreciações	-	(33.187)	(268.701)	-	(3.283)	(2.991)	(18.938)	(327.100)
Transferências	(5.811)	14.816	90.773	(113.969)	3.322	1.802	9.067	-
Aquisição de controlada Cecrisa - custo	8.611	148.224	438.575	11.047	3.677	2.590	36.585	649.309
Aquisição de controlada Cecrisa - depreciação acumulada	-	(46.533)	(238.763)	-	(3.101)	(2.431)	(34.278)	(325.106)
Amortização - Mais Valia	-	(1.475)	(5.548)	-	(19)	(4)	(907)	(7.953)
Mais Valia - Cecrisa e Portinari	49.969	129.532	40.584	-	727	-	1.474	222.286
Transferência para propriedade para investimentos	-	(857)	-	-	-	-	-	(857)
Transferência para ativo circulante (*)	(3.777)	(36.094)	(48)	(131)	-	-	-	(40.050)
Varição cambial	2.476	2.043	4.894	45	80	3	274	9.815
Saldo contábil, líquido	686.265	763.516	1.815.254	191.392	18.314	13.780	77.809	3.566.330
Saldo em 31/12/2019								
Custo	686.265	1.291.368	4.920.249	191.392	66.803	72.189	283.655	7.511.921
Depreciação acumulada	-	(527.852)	(3.104.995)	-	(48.489)	(58.409)	(205.846)	(3.945.591)
Saldo contábil, líquido	686.265	763.516	1.815.254	191.392	18.314	13.780	77.809	3.566.330

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício para ativos não circulante disponível para venda.

b) Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Itapetininga-SP, Uberaba-MG e Taquari-RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas da Paraíba-PB, Recife-PE, Queimados-RJ e Jundiá-SP para produção de louças sanitárias e de São Paulo-SP, Jundiá-SP e Jacareí-SP para produção de metais e Aracaju-SE para produção de chuveiros, (iii) em Revestimentos, plantas de Urussanga - SC e Criciúma - SC para produção de revestimentos cerâmicos e (iv) na Florestal, nas plantas de Agudos-SP, Itapetininga-SP, Lençóis Paulista-SP, Monte Carmelo-MG, Taquari-RS e Uberaba-MG. Em 31 de dezembro de 2019, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R\$ 44,4 milhões.

Durante o exercício de 2019, não houve capitalização de juros no ativo imobilizado, principalmente pela não existência de ativos qualificáveis.

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação. Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, *benchmarking*, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

Taxas anuais de depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Construções e benfeitorias	4,0%	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,5%	6,8%
Móveis e utensílios	10,0%	10,0%
Veículos	20% a 25%	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%	10% a 20%

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía em seu ativo imobilizado terrenos, maquinários e veículos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$ 1.938.

Nota 14 – Arrendamentos

O Grupo adotou inicialmente o CPC 06 (R2) – IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide nota 2.2.2 (a), onde apresentamos os critérios utilizados na transição.

A seguir, tabela com resumo dos impactos na transição e movimentações ocorridos no exercício.

a) Ativos de direito de uso

	Controladora				Consolidado				
	Edifícios	Veículos	Outros	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Adoção inicial em 01.01.2019	10.141	345	108	10.594	488.176	10.141	2.857	428	501.602
Novos contratos	907	-	1.198	2.105	7.578	907	-	4.609	13.094
Atualizações	(367)	-	-	(367)	26.428	(367)	-	142	26.203
Aquisição controlada Cecriisa	-	-	-	-	-	3.508	-	5.255	8.763
Depreciação no exercício (Resultado)	(4.611)	(217)	(1.119)	(5.947)	(2.155)	(4.886)	(1.762)	(2.485)	(11.288)
Depreciação no exercício (*)	-	-	-	-	(24.000)	-	-	-	(24.000)
Varição cambial	-	-	-	-	29	-	-	(5)	24
Ajuste por remensuração	993	-	133	1.126	40.197	993	-	133	41.323
Saldo em 31/12/2019	7.063	128	320	7.511	536.253	10.296	1.095	8.077	555.721

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

b) Passivos de arrendamento

	Controladora				Consolidado				
	Edifícios	Veículos	Outros	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Adoção inicial em 01.01.2019	10.141	345	108	10.594	488.176	10.141	2.857	428	501.602
Novos contratos	907	-	1.198	2.105	7.578	907	-	4.609	13.094
Atualizações	(367)	-	-	(367)	26.428	(367)	-	142	26.203
Aquisição controlada Cecrisa	-	-	-	-	-	3.663	-	5.795	9.458
Juros apropriados no exercício (Resultado)	723	21	21	765	811	872	175	465	2.323
Juros apropriados no exercício (*)	-	-	-	-	51.049	-	-	-	51.049
Baixa por pagamento	(4.891)	(231)	(1.327)	(6.449)	(62.599)	(5.260)	(1.891)	(3.013)	(72.763)
Variação cambial	-	-	-	-	29	-	-	6	35
Ajuste por remensuração	993	-	133	1.126	40.197	993	-	133	41.323
Saldo em 31/12/2019	7.506	135	133	7.774	551.669	10.949	1.141	8.565	572.324 (*)

Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

A Companhia apurou despesa de R\$ 9, relativos aos arrendamentos com prazo de contrato inferiores a 12 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	8,71%
6 a 10 anos	10,40%
Acima de 10 anos	10,93%

Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
2020	5.624	21.010
Total circulante	5.624	21.010
2021	908	14.422
2022	712	12.970
2023	530	12.359
2024	-	10.911
2025	-	9.589
2026 - 2030	-	49.964
2031 - 2035	-	42.407
2036 - 2045	-	140.749
Acima de 2046	-	257.943
Total não circulante	2.150	551.314

c) Efeitos de inflação

Ativos de direito de uso			Passivos de arrendamento		
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Fluxo real	31/12/2019	31/12/2019	Fluxo real	31/12/2019	31/12/2019
Direito de uso	13.458	591.015	Passivo de arrendamento	8.489	1.830.289
Depreciação	(5.947)	(35.294)	Juros embutidos	(715)	(1.257.965)
	<u>7.511</u>	<u>555.721</u>		<u>7.774</u>	<u>572.324</u>
Fluxo inflacionado			Fluxo inflacionado		
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Fluxo inflacionado	31/12/2019	31/12/2019	Fluxo inflacionado	31/12/2019	31/12/2019
Direito de uso	14.483	810.491	Passivo de arrendamento	8.794	3.436.168
Depreciação	(6.942)	(45.185)	Juros embutidos	(741)	(2.624.658)
	<u>7.541</u>	<u>765.306</u>		<u>8.053</u>	<u>811.510</u>

Nota 15 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Duratex S.A. na Colômbia (atual denominação da Tablemac S.A.), bem como, de sua controlada em conjunto, Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía aproximadamente 139,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (157,3 mil hectares em 31 de dezembro de 2018) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,3% a.a. em 31 de dezembro de 2019. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/ metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de formação dos ativos biológicos	1.044.987	1.030.012
Diferencial entre custo e valor justo	498.962	543.614
Transferência para ativo circulante(*)	-	(9.035)
Valor justo dos ativos biológicos	1.543.949	1.564.591

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício de 2018 para ativos não circulante disponível para venda.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.564.591	1.698.855
Varição do valor justo		
Preço volume	126.045	148.134
Exaustão	(170.697)	(258.925)
Varição do valor histórico		
Formação	193.533	178.214
Exaustão	(169.523)	(192.652)
Saldo subtotal	1.543.949	1.573.626
Transferência para ativo circulante(*)	-	(9.035)
Saldo total	1.543.949	1.564.591

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício de 2018 para ativos não circulante disponível para venda.

Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2019	31/12/2018
Variação do valor justo	126.045	148.134
Exaustão do valor justo	(170.697)	(258.925)

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' da demonstração do resultado.

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 45,03 /m³ (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 43,37 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 72.020.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 5,3% a.a. em 31 de dezembro de 2019. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 8.286.

Nota 16 – Intangível

Controladora	Software	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2018	35.132	254.798	184.311	474.241
Adições	26.557	-	-	26.557
Baixas	(2.991)	-	-	(2.991)
Amortizações	(7.217)	-	(26.467)	(33.684)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	(206.893)	(12.463)	(219.356)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2018	51.481	47.905	145.381	244.767
Saldo inicial em 01/01/2019	51.481	47.905	145.381	244.767
Adições	26.078	-	-	26.078
Baixas	(12.032)	-	-	(12.032)
Amortizações	(7.717)	-	(24.707)	(32.424)
Saldo contábil, líquido	57.810	47.905	120.674	226.389
Saldo em 31/12/2019				
Custo	129.311	47.905	383.698	560.914
Amortização acumulada	(71.501)	-	(263.024)	(334.525)
Saldo contábil, líquido	57.810	47.905	120.674	226.389

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2018	36.114	63.738	358.861	196.572	655.285
Adições	26.693	-	8.767	-	35.460
Baixas	(2.993)	(7.299)	-	-	(10.292)
Amortizações	(7.522)	-	-	(27.686)	(35.208)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	(211.902)	(12.463)	(224.365)
Variação cambial	56	-	-	976	1.032
Saldo contábil, líquido em 31/12/2018	52.348	56.439	155.726	157.399	421.912
Saldo inicial em 01/01/2019	52.348	56.439	155.726	157.399	421.912
Adições	26.441	-	-	-	26.441
Baixas	(12.057)	-	-	-	(12.057)
Amortizações	(8.287)	-	-	(25.893)	(34.180)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	(8.837)	-	-	(8.837)
Aquisição de controlada Cecrisa - custo	12.429	7.423	-	-	19.852
Aquisição de controlada Cecrisa - amortização	(10.597)	-	-	-	(10.597)
Ágio - expectativa rentabilidade futura Cecrisa	-	-	163.000	-	163.000
Mais valia - Cecrisa e Portinari	-	153.978	-	-	153.978
Variação cambial	15	-	-	312	327
Saldo contábil, líquido	60.292	209.003	318.726	131.818	719.839
Saldo em 31/12/2019					
Custo	145.279	209.003	318.726	401.140	1.074.148
Amortização acumulada	(84.987)	-	-	(269.322)	(354.309)
Saldo contábil, líquido	60.292	209.003	318.726	131.818	719.839

Nota 17 – Teste de *impairment* dos ágios

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (UGC's) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos e compõem as unidades de negócio Madeira (Painéis), Deca (Louças, Metais e Chuveiros) e Revestimentos Cerâmicos.

	Madeira		Deca				Revestimentos Cerâmicos			
	Painéis		Metais		Louças		Chuveiros			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Valor contábil do ágio	45.502	187.573	2.402	2.402	-	39.246	-	30.586	99.054	99.054
Valor contábil dos demais ativos	2.203.149	2.351.200	50.915	56.166	170.117	181.461	177.640	189.162	302.277	197.373
Valor contábil das UGCs	2.248.651	2.538.773	53.317	58.568	170.117	220.707	177.640	219.748	401.331	296.427
Valor das UGCs pelo fluxo caixa	6.730.447	2.396.702	59.826	81.333	210.755	168.998	266.759	189.162	920.157	442.396
<i>Impairment de ágio</i>	-	(142.071)	-	-	-	(39.246)	-	(30.586)	-	-
<i>Impairment de outros intangíveis</i>	-	-	-	-	-	(12.463)	-	-	-	-

A Companhia realizou o teste de valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e considera a relação entre o valor em uso e os valores contábeis das UGC's, quando efetua a revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de

dezembro de 2019, o valor dos fluxos de caixa eram superiores aos valores contábeis em todas as unidades de negócios, não havendo a necessidade de contabilização de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2018, os valores contábeis eram inferiores em Painéis, Louças e Chuveiros e superior ao valor contábil nas unidades de Metais e Revestimentos Cerâmicos. Os valores dos *impairments* apurados em 2018 foram contabilizados na demonstração de resultados em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

Unidade Geradora de Caixa

Os valores recuperáveis foram apurados com base nos valores de uso, e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como as condições operacionais da Companhia.

Principais variáveis utilizadas no cálculo do valor em uso

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos para todas as áreas de Negócios	Chuveiros: 10 anos (*) Demais: 5 anos
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>)	Todas as áreas de Negócios: 8,85% a.a. (*)	Chuveiros: 12,38% a.a. Demais: 10,65% a.a.
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 2,5% a.a. Louças: 1,5% a.a. Metais: 0,9% a.a. Chuveiros: 1,5% a.a. Revestimentos cerâmicos: 2,5% a.a.	Painéis: 1,7% a.a. Louças: 1,2% a.a. Metais: 0,4% a.a. Chuveiros: 1,2% a.a. Revestimentos cerâmicos: 0,2% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	3,50% a.a.	3,75% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda de 13,42%

Nota 18 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	31/12/2019		31/12/2018	
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - Controladora							
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	4.348	34.231	4.378	38.510
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	101	793	102	892
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	12.314	17.118	14.926	29.312
FINAME	6 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	843	2.957	847	3.795
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% CDI	Até Janeiro 2021	-	279.209	27.500	106.977	303.333
CREDITO EXPORTAÇÃO	107,5% CDI	Até Outubro 2019	-	-	-	139.266	-
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	Até Outubro de 2020	-	-	-	-	540.151
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Mensal	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	27.719	288	25.563	25.325
FGPP - BANCO DO BRASIL com Swap	Pré 6,6% até 7,90% a.a	Até Junho 2020	-	388.752	-	3.829	384.536
Total em Moeda Nacional - Controladora				713.286	82.887	295.888	1.325.854
Em Moeda Estrangeira - Controladora							
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,5% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	-	-	178.217	-
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 3,66% a.a.	Agosto 2019	Nota promissória	-	-	182.482	-
Total em Moeda Estrangeira - Controladora				-	-	360.699	-
TOTAL DA CONTROLADORA				713.286	82.887	656.587	1.325.854
Em Moeda Nacional - Controladas							
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Até Janeiro 2021	Aval - Duratex S.A.	36.957	35.358	38.075	70.715
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5.787	45.558	5.826	51.252
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	383	3.013	386	3.389
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Duratex S.A.	352	695.509	507	693.969
FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	166	639	269	881
FINAME	Pré 9 % a.a.	Semestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	573	261	608	822
FINAME	TJLP +3,7 % a.a. até + 4% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	2.167	2.212	1.864	4.445
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Trimestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	231	311	149	521
FNE	Pré 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda.	-	6.673	-	6.265
FINEP	TJLP + 0,5% a.a	Mensal	20% Duplicatas + Fiança Banco Safra	12.208	-	-	-
FINAME - B.BRASIL	Pré 5,88% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária Máq. Equipamentos	1.583	6.189	-	-
VENDOR	Pré 12% a.a	Até Janeiro 2020	Duplicatas	296	-	-	-
Total em Moeda Nacional - Controladas				60.703	795.723	47.684	832.259
Em Moeda Estrangeira - Controladas							
LEASING	DTF + 2%	Mensal	Nota Promissória	94	58	142	78
ACC - B.BRASIL	US\$ + 5,00%a.a	Até Fevereiro 2020	40% Duplicatas	2.397	-	-	-
ACC - BOCOM BBM com Swap	US\$ + 10,19%a.a	Até Abril 2020	Nota Promissória	3.250	-	-	-
ACC - SANTANDER	US\$ + 6,38%a.a	Até Maio 2020	Nota Promissória - Aval Portinari	9.184	-	-	-
ACC - B.SAFRA	US\$ + 5,46%a.a	Até Maio 2020	15,70% Duplicatas	7.940	-	-	-
ACC - BRADESCO	US\$ + 5,80%a.a	Até Junho 2020	Clean	6.119	-	-	-
ACE - B.BRASIL	US\$ + 4,27%a.a	Até Março 2020	40% Duplicatas	3.159	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				32.143	58	142	78
TOTAL DAS CONTROLADAS				92.846	795.781	47.826	832.337
TOTAL CONSOLIDADO				806.132	878.668	704.413	2.158.191

Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

A Administração da Companhia elegeu designar, no reconhecimento inicial, determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como swap) como passivos a valor justo por meio do resultado.

A adoção do valor justo na dívida justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado pela Companhia, que é classificado a valor justo por meio do resultado.

a) Avais e fianças de empréstimos e financiamentos

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 27.631 (R\$ 30.717 em 31 de dezembro de 2018), pela Companhia Ligna de Investimentos no montante de R\$ 28.007 (R\$ 50.888 em 31 de dezembro de 2018). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 38.319 (R\$ 42.597 em 31 de dezembro de 2018) e pela Duratex S.A. no montante de R\$ 774.736 (R\$ 812.825 em 31 de dezembro de 2018) e pela Cerâmica Portinari S.A. no montante de R\$ 9.184.

b) Empréstimos e financiamentos por prazo de vencimento

31/12/2019						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2020	713.286	-	713.286	773.989	32.143	806.132
Total circulante	713.286	-	713.286	773.989	32.143	806.132
2021	43.559	-	43.559	89.347	5	89.352
2022	9.415	-	9.415	713.746	53	713.799
2023	6.612	-	6.612	14.901	-	14.901
2024	5.758	-	5.758	13.947	-	13.947
2025	4.409	-	4.409	11.268	-	11.268
2026	4.378	-	4.378	11.171	-	11.171
2027	4.378	-	4.378	11.218	-	11.218
2028	4.378	-	4.378	11.258	-	11.258
2029	-	-	-	795	-	795
Demais	-	-	-	959	-	959
Total não circulante	82.887	-	82.887	878.610	58	878.668

31/12/2018						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2019	295.888	360.699	656.587	343.572	360.841	704.413
Total circulante	295.888	360.699	656.587	343.572	360.841	704.413
2020	1.243.274	-	1.243.274	1.287.898	16	1.287.914
2021	43.253	-	43.253	87.463	49	87.512
2022	9.415	-	9.415	710.623	13	710.636
2023	6.612	-	6.612	13.338	-	13.338
2024	5.757	-	5.757	12.516	-	12.516
2025	4.409	-	4.409	11.123	-	11.123
2026	4.378	-	4.378	11.127	-	11.127
2027	4.378	-	4.378	11.171	-	11.171
2028	4.378	-	4.378	11.209	-	11.209
Demais	-	-	-	1.645	-	1.645
Total não circulante	1.325.854	-	1.325.854	2.158.113	78	2.158.191

c) Movimentação empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.237.920	3.174.824
Captações	385.000	391.009
Atualização monetária e juros	146.155	206.799
Amortizações	(592.200)	(655.080)
Pagamentos de juros	(191.812)	(252.326)
Transferência de ACC para saques em liquidação	(2.622)	(2.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.982.441	2.862.604
Captações	-	10.446
Aquisição de controlada Cecrisa	-	235.304
Atualização monetária e juros	83.666	160.137
Amortizações	(1.102.838)	(1.348.341)
Pagamentos de juros	(167.096)	(235.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	796.173	1.684.800

d) Debêntures simples, não conversíveis em ações

Em dezembro de 2016, a controlada Cecrisa emitiu debêntures (6º emissão) no valor de R\$ 100.000.000,00. Esta emissão prevê carência de 12 meses com amortização de juros trimestrais e a partir do 12º mês amortizações de principal + juros em 17 parcelas trimestrais com vencimento final 12/12/2021.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros semestrais	Saldo em 31.12.2019		
								Circulante	Não circulante	Total
6ª emissão	12/12/2016	simples não conversíveis em ações	12/12/2021	100.000.000	1	100.000.000	CDI + 4,50% a.a. base 252 dias úteis, pagos trimestrais e a partir do 12º mês amortizações de principal + juros em 17 parcelas trimestrais	58.994	-	58.994

Em 17 de maio de 2019, a Companhia efetuou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$1.200.000.000,00. Foram emitidas 120.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 com juros remuneratórios de 108% do CDI, remuneração semestral e vencimento em duas parcelas iguais correspondentes a 50% do valor nominal unitário nas datas de 17/05/2024 e 17/05/2026.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros semestrais	Saldo em 31.12.2019		
								Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	17/05/2019	simples não conversíveis em ações	17/05/2026	120.000	10.000	1.200.000.000	108% CDI base 252 dias úteis, pagos semestralmente no dia 17 dos meses de maio e novembro	6.739	1.198.007	1.204.746

e) Debêntures por prazo de vencimento

31/12/2019		
Ano	Controladora	Consolidado
2020	6.739	65.733
Total circulante	6.739	65.733
2024	599.003	599.003
2026	599.004	599.004
Total não circulante	1.198.007	1.198.007

f) Movimentação debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Captações	1.197.508	1.197.508
Aquisição de controlada Cecrisa	-	69.516
Atualização monetária e juros	46.003	48.965
Amortizações	-	(10.000)
Pagamentos de juros	(38.765)	(42.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.204.746	1.263.740

g) Cláusulas restritivas

g.1) Empréstimos e financiamentos

O contrato consolidado de empréstimos junto ao BNDES está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, as seguintes obrigações financeiras:

- (i) EBITDA (*) / Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,00;
- (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida: igual ou maior que 0,20;
- (iii) Patrimônio líquido / Ativo Total: igual ou maior que 0,45.

g.2) Debêntures simples Duratex S.A.

- (i) Dívida líquida / EBITDA(*) menor ou igual a 4,0;

g.3) Debêntures simples (6ª Emissão Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

- (i) Dívida Financeira Líquida / EBITDA (*): menor ou igual a 2,50;
- (ii) (Dívida Financeira Líquida+ Impostos Parcelados) / EBITDA (*): menor ou igual a 3,00;
- (iii) EBITDA / Despesas Financeiras: maior ou igual a 1,5.

A manutenção de “covenants” g.1 e g.2 está baseada no balanço da Duratex S.A., enquanto a manutenção dos “covenants” g.3 está baseada no balanço da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., devendo a Companhia e sua controlada respectivamente, manter os limites de cobertura das dívidas através das relações acima.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Companhia e sua controlada deverão oferecer garantias adicionais ou solicitar “waiver” dos credores.

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações contratuais acima g.1 e g.2 estão cumpridas. Com relação ao g.3, o *Ebitda* foi afetado pelos ajustes no resultado da controlada Cecrisa, relativos a reestruturação pós aquisição. Isto, no entanto, não caracterizou até o momento decretação de inadimplemento, não cumprimento ou vencimento antecipado de obrigação contratual de qualquer natureza. Além disso, a Administração já tomou providências necessárias junto à instituição financeira para obtenção de “waiver” para tal item contratual (o valor envolvido é de R\$ 59,0 milhões), sendo classificado, no caso g.3, no passivo circulante o valor de R\$ 37,9 milhões.

(*) *EBITDA* (“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

Nota 19 – Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Nacionais	329.091	306.719	451.749	374.729
Estrangeiros	29.062	33.590	86.353	66.560
Fornecedores partes relacionadas	27.804	35.574	-	-
Fornecedores nacionais risco sacado (*)	81.641	-	87.177	-
Total	467.598	375.883	625.279	441.289

(*) A Companhia e sua controlada Cecrisa possuem contratos firmados com o Banco Santander para estruturar com fornecedores a operação de risco sacado. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que por sua vez passará a ser o credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos, a Companhia e sua controlada também não são impactadas com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de fornecedores.

Nota 20 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de clientes	1.220	1.434	27.507	21.022
Participação estatutária	17.247	11.366	17.247	11.366
Fretes e Seguros a pagar	19.599	10.563	27.642	16.784
Aquisição de Empresas	28.160	33.586	28.160	33.586
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's (1)	-	-	12.341	10.901
Comissões a pagar	8.555	7.320	20.350	9.088
Bônus, garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	17.495	18.406	25.356	21.197
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	2.934	5.526
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's	-	-	31.168	27.043
Empréstimos consignados	1.428	1.367	1.839	1.711
Vendas para entrega futura	13.982	7.979	16.374	7.979
Provisão para reestruturação	3.586	22.149	3.912	22.531
Demais contas a pagar	5.105	5.054	13.015	15.433
Total circulante	116.377	119.224	227.845	204.167
Aquisição de Empresas	32.004	32.542	125.466	32.542
Adiantamento de clientes	-	-	6.046	5.554
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's (2)	-	-	89.413	93.538
Garantia de produtos e assistência técnica	5.103	4.313	5.103	4.313
Arrendamento mercantil	-	-	-	8.868
Passivos provisionados com parceiros <i>joint operation</i>	-	-	42.617	34.774
Benefícios pós emprego (3)	45.531	29.722	71.733	29.722
Demais contas a pagar	2.403	2.609	7.679	2.123
Total não circulante	85.041	69.186	348.057	211.434

(1) SCP's – Sociedade em Conta de Participação;

(2) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores com recursos em espécie;

(3) Valor referente benefício pós-emprego relacionado à assistência médica.

Nota 21 – Impostos e contribuições

A Companhia e suas controladas possuem provisões e passivos tributários federais e estaduais a pagar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social a pagar	168	371	56.694	17.732
PIS e COFINS a pagar/ provisão	4.503	683	10.736	1.818
ICMS e IPI a pagar	27.265	18.689	40.426	30.624
INSS a pagar	728	506	1.693	1.278
Parcelamento de impostos (*)	-	-	26.880	-
Outros impostos a pagar	296	261	473	314
Total circulante	32.960	20.510	136.902	51.766
Parcelamento de impostos (*)	-	-	127.294	-
Total não circulante	-	-	127.294	-

(*) Parcelamento de impostos da controlada Cecrisa.

Nota 22 – Provisão para contingências

a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em curso, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
	Saldo em 31.12.2017	43.947	60.160	3.676		107.783	Saldo em 31.12.2017	47.079	80.393	11.255
Atualização monetária e juros	1.802	6.046	257	8.105	Atualização monetária e juros	1.928	7.989	759	-	10.676
Constituição	31.392	28.612	3.175	63.179	Constituição	34.457	33.063	3.693	-	71.213
Reversão	(440)	(20.797)	(1.948)	(23.185)	Reversão	(468)	(27.654)	(6.047)	-	(34.169)
Pagamentos	(3.909)	(12.629)	(4)	(16.542)	Pagamentos	(5.568)	(15.163)	(2.295)	-	(23.026)
					Varição cambial controladas no exterior	87	-	-	-	87
Saldo final em 31.12.2018	72.792	61.392	5.156	139.340	Saldo final em 31.12.2018	77.515	78.628	7.365	5.000	168.508
Depósitos Judiciais	(8.940)	(13.490)	-	(22.430)	Depósitos Judiciais	(8.940)	(17.909)	(565)	-	(27.414)
Saldo em 31.12.2018 após compensação dos depósitos judiciais	63.852	47.902	5.156	116.910	Saldo em 31.12.2018 após compensação dos depósitos judiciais	68.575	60.719	6.800	5.000	141.094

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
	Saldo em 31.12.2018	72.792	61.392	5.156		139.340	Saldo em 31.12.2018	77.515	78.628	7.365
Atualização monetária e juros	4.626	17.893	248	22.767	Atualização monetária e juros	4.919	21.227	810	-	26.956
Constituição	136.512	30.400	1.342	168.254	Constituição	149.663	43.308	13.836	-	206.807
Reversão	(111.908)	(13.363)	(1.932)	(127.203)	Reversão	(120.722)	(16.339)	(17.100)	-	(154.161)
Pagamentos	(11.900)	(15.179)	-	(27.079)	Pagamentos	(12.022)	(20.805)	(7.052)	(35)	(39.914)
					Aquisição de controlada Cecrisa	3.740	11.833	73.666	-	89.239
					Combinação de negócios - aquisição Cecrisa	60.579	5.512	33.257	-	99.348
					Varição cambial controladas no exterior	37	-	-	-	37
Saldo final em 31.12.2019	90.122	81.143	4.814	176.079	Saldo final em 31.12.2019	163.709	123.364	104.782	4.965	396.820
Depósitos Judiciais	(6.386)	(17.952)	-	(24.338)	Depósitos Judiciais	(6.386)	(25.619)	(51.102)	-	(83.107)
Saldo em 31.12.2019 após compensação dos depósitos judiciais	83.736	63.191	4.814	151.741	Saldo em 31.12.2019 após compensação dos depósitos judiciais	157.323	97.745	53.680	4.965	313.713

As contingências tributárias e cíveis envolvem, principalmente, discussões sobre:

1-) PIS Semestralidade – Compensações com créditos, reconhecidos por ação judicial, referente aos pagamentos do PIS nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (seis meses após o reconhecimento do faturamento). Após decisão administrativa que reconheceu a atualização do crédito pela SELIC, a partir de janeiro/96, a RFB atualizou as compensações, restando um saldo, que foi liquidado pela empresa de R\$ 3.186 e a provisão revertida em 2019 (R\$ 10.996 em 31 de dezembro de 2018).

2-) IR e CS – Processos judiciais e administrativos visando anular o crédito tributário referente à incidência de IR/CS sobre lucros auferidos por controladas no exterior nos períodos de 1996 a 2002 e 2003, com o direito à compensação do IR pago no exterior por tais controladas. Em 31 de dezembro de 2019 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 5.140 (R\$ 5.045 em 31 de dezembro de 2018).

3-) Multa de Ofício (Delta IPC) – Ação judicial para anular a cobrança, via execução fiscal, de multa de ofício decorrente de processo administrativo instaurado pela União, com suspensão de exigibilidade, mas com incidência de multa, de débito recolhido após a cassação da liminar e com desconto total em Anistia. Em dezembro de 2019 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 3.211 (R\$ 3.083 em 31 de dezembro de 2018).

4-) Multa e juros lançados contra a Companhia em decorrência de utilização supostamente irregular do Fundo de Operação de Empresa do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDOPEM, nos meses de maio/junho/julho de 2016. Durante o segundo trimestre de 2019, a provisão foi revertida e o saldo liquidado (R\$ 3.739 em 31 de dezembro de 2018).

5-) Em 2018, foi provisionado o valor de R\$ 63.941 (R\$ 42.202 líquido dos efeitos tributários), decorrente de decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que afetou as controladas Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. (Cecrisa) e Cerâmica Portinari S.A. (Portinari), em face de dívida de honorários de sucumbência da empresa Balneário Conventos S.A. pertencente ao Espólio de Manoel Dilor de Freitas, fundador da Cecrisa e ex-controlador, desvinculado dos negócios das empresas desde o início dos anos 2000. Ressalta-se que em 2012 os herdeiros de Manoel Dilor de Freitas venderam o controle acionário das empresas para o Fundo Vinci Partners. Por consequência, as empresas tiveram seu faturamento penhorado no montante de 2,77% sobre a receita líquida mensal e os depósitos vem ocorrendo desde então. As controladas vêm ingressando com todos os recursos possíveis para alcançar o reconhecimento de que não é responsável por esta dívida, já que o processo principal tramitou por 30 anos sem que a Cecrisa e Portinari fizessem parte do polo passivo da ação, tendo inclusive a Ré original realizado acordo judicial do débito principal com os credores, pagando a dívida em prestações. Status processual: (i) a empresa ingressou com Recurso Especial visando anular a penhora de faturamento, por desobediência à gradação legal prevista no CPC – Código Processual Civil; e (ii) a empresa aguarda julgamento de Embargos Declaratórios incidentes sobre o Acórdão que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto, que por sua vez, julgou improcedente os Embargos de Terceiro da Cecrisa. Os advogados condutores do processo classificam como perda provável. Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$ 47.268.

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, previdenciária, cível e trabalhista, com risco de perda classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos no montante de R\$ 590.926. Os principais valores são: 1) R\$ 297.722, relativo à tributação (IR/CS) sobre suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, realizadas nos exercícios de 2006 (terras) e 2009 (florestas) da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda.. Ambos os processos encontram-se em discussão no judiciário. 2) Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos a ICMS, no total de R\$ 52.512. 3) Autuação de IR/CS por suposta omissão de receita na quitação de débitos incluídos em REFIS com prejuízos fiscais, no total de R\$ 51.120. (Cecrisa). 4) Autuação IPI referente IPI alíquota zero, NT e crédito de IPI, no total de R\$ 9.141 (Cecrisa). 5) Referente ações de cobrança movida por fornecedores, no total de R\$ 28.740. 6) Processos trabalhistas no total de R\$ 64.060. Os demais processos no total de R\$ 87.631, referem-se a processos cíveis e tributários cuja contingência não ultrapassa individualmente R\$ 5 milhões.

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente e administrativamente o ressarcimento dos tributos, indicados no quadro abaixo, com possibilidade de êxito provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nos demonstrativos financeiros:

	31/12/2019	31/12/2018
Crédito prêmio de IPI 1980 a 1983 e 1985	125.990	120.973
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	11.423	9.934
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)	11.303	-
INSS - Contribuições Previdenciárias	49.529	46.304
CPMF - diferencial de alíquota	3.640	3.551
PIS (inconstitucionalidade dos decretos leis nºs 2.445 e 2.449)	-	44
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	1.753	1.653
Outros	12.570	7.062
Total	216.208	189.521

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Após manifestação do Supremo Tribunal Federal – STF, em março de 2017, considerou-se inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e processos relacionados ao tema têm sido julgados favoravelmente aos contribuintes. Nesse cenário, a Companhia e suas controladas ingressaram, ou já tinham ingressado, com medidas judiciais para restituição ou compensação dos valores recolhidos indevidamente e para a suspensão dos recolhimentos correntes. Na Companhia, deixou-se de recolher o PIS/COFINS sobre o ICMS desde jun/18; na Cecrisa, deixou-se de recolher a partir de agosto de 2019; na Hydra e na Ceusa, além do não recolhimento corrente a partir de outubro de 2017 (Hydra) e junho de 2019 (Ceusa), foram reconhecidos contabilmente o período passado pertencente a Companhia pelo trânsito em julgado; e, na Duratex Florestal, a suspensão dos recolhimentos iniciou-se em junho de 2019 e foi reconhecido contabilmente, por recolhimento a maior, os valores dos últimos 5 anos, por conta de decisão judicial favorável proferida em 2011. Todos os reconhecimentos tiveram como base o ICMS recolhido, nos limites da Solução COSIT nº 13/2018.

Nota 23 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.970.189, representado por 691.784.501, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2018	2.316.745	26.031
Baixas no exercício	(265.029)	(2.980) (*)
Saldo em 31.12.2019	2.051.716	23.051

Preço das Ações

Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,24	16,72

(*) Essas baixas referem-se às entregas de ações para o exercício das opções de ações por parte dos executivos da Companhia.

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2019, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 34.305 (R\$ 27.407 em 28 de dezembro de 2018).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de Capital	352.083	347.637
Ágio na subscrição de ações	218.731	218.731
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas a exercer	42.531	41.471
Opções Outorgadas vencidas	69.496	60.598
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 31)	(10.806)	(5.294)
Transações de capital com sócios	(18.731)	(18.731)
Outros Resultados Abrangentes	491.475	498.930
Reservas de Reavaliação	38.543	45.239
Ajuste de avaliação patrimonial	452.932	453.691
Reservas de Lucros	2.166.721	1.869.532
Legal	225.987	205.709
Estatutária	1.712.097	1.582.257
Dividendo adicional proposto	141.597	-
Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	87.040	81.566
Ações em tesouraria	(23.051)	(26.031)

	Reservas estatutárias						Total
	Reserva legal	Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas	Dividendos adicionais propostos	
Saldo em 31/12/2017	184.130	77.748	704.190	441.369	572.645	-	1.980.082
Constituição	21.579	3.818	78.959	40.999	4.100	-	149.455
Dividendos	-	-	(260.005)	-	-	-	(260.005)
Saldo em 31/12/2018	205.709	81.566	523.144	482.368	576.745	-	1.869.532
Constituição	20.278	5.474	48.930	77.057	3.853	-	155.592
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	141.597	141.597
Saldo em 31/12/2019	225.987	87.040	572.074	559.425	580.598	141.597	2.166.721

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Benefício pós-emprego	15.703	7.113
Equivalência patrimonial reflexa benefício pós-emprego	10.519	-
Ajustes de conversão	(57.963)	(39.613)
Outros	(421.191)	(421.191)
Total	(452.932)	(453.691)

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social).

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (Inciso I do caput do Artigo 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 44.408 (R\$ 40.184 em 2018) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 13.772 (R\$ 12.522 em 2018) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R\$ 5.907 (R\$ 5.907 em 2018) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e R\$ 22.953 (R\$ 22.953 em 2018) do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.

d) Destinação do lucro líquido

O Conselho de Administração em reunião de 12 de fevereiro de 2020 aprovou as demonstrações financeiras e conseqüentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2019, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Destinação do lucro líquido	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	405.564	431.573
(-) Reserva legal	(20.278)	(21.579)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(5.474)	(3.818)
(+) Realização da reserva de reavaliação	6.696	12.105
(-) Dividendos	(115.953)	(286.377)
= Lucros Acumulados	270.555	131.904
Ajuste de transição IFRS 15 e 9	-	(6.881)
Venda de ações em tesouraria (stock options)	(872)	(796)
Equivalência patrimonial reflexa	1.754	(169)
Destinação para reservas de lucros:		
Equalização dos dividendos	(48.930)	(78.957)
Reforço de capital de giro	(77.057)	(41.000)
Aumento de capital em empresas participadas	(3.853)	(4.101)
Dividendo adicional proposto	(141.597)	-
= Lucros Acumulados após destinação	-	-

e) Dividendos (juros sobre o capital próprio)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram calculados como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	405.564	431.573
(-) Reserva legal	(20.278)	(21.579)
(-) Incentivos fiscais	(5.474)	(3.818)
(+) Realização de reserva de reavaliação	6.696	12.105
Lucro líquido ajustado	386.508	418.281
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	115.953	125.484
O Conselho de Administração em reunião realizada em 11/12/2019 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 30/12/2019, o valor de R\$ 0,3734054776 por ação que totaliza R\$ 257.550	257.550	286.377
JCP do resultado do exercício	136.415	286.377
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (15%)	(20.462)	(42.957)
JCP declarados, líquidos de Imposto de renda na fonte (IRRF)	115.953	243.420
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	115.953	-

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11/12/2019 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou creditar juros sobre o capital próprio em 30/12/2019, o valor de R\$ 0,3734054776 por ação que totaliza R\$ 257.550.

Nota 24 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado, florestas e estoques. Nos termos das apólices de seguros, o valor da cobertura monta R\$ 4.733 milhões.

Nota 25 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas	4.698.207	4.725.216	6.210.937	6.135.829
Mercado interno	4.318.715	4.220.796	5.298.218	5.102.209
Mercado externo	379.492	504.420	912.719	1.033.620
Impostos e contribuições sobre vendas	(964.468)	(993.794)	(1.199.231)	(1.186.468)
Receita líquida de vendas	3.733.739	3.731.422	5.011.706	4.949.361

Nota 26 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	126.045	148.134
Varição nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	296.317	402.063	113.667	216.797
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.148.916)	(2.341.042)	(2.224.518)	(2.330.579)
Remunerações, encargos e Benefícios a empregados	(664.965)	(687.530)	(928.565)	(900.512)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(271.484)	(273.133)	(683.787)	(775.020)
Despesas de transporte	(284.250)	(311.328)	(339.866)	(370.533)
Despesas de publicidade	(68.971)	(64.082)	(96.570)	(83.221)
Outras despesas	(487.383)	(367.761)	(615.111)	(435.590)
Total despesas por natureza	(3.629.652)	(3.642.813)	(4.648.705)	(4.530.524)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	126.045	148.134
Custo dos produtos vendidos	(2.944.155)	(2.965.606)	(3.843.607)	(3.798.982)
Despesas com vendas	(538.005)	(557.812)	(715.981)	(698.940)
Despesas gerais e administrativas	(147.492)	(119.395)	(215.162)	(180.736)
Total	(3.629.652)	(3.642.813)	(4.648.705)	(4.530.524)

Nota 27 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.806	20.358	44.465	54.044
Variação cambial	8.161	21.476	18.485	22.219
Atualizações monetárias	5.261	8.227	20.307	27.881
Juros e descontos obtidos	9.741	10.966	18.913	17.495
Outras	-	439	921	881
Total	48.969	61.466	103.091	122.520
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(118.057)	(115.608)	(189.060)	(175.646)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	(11.411)	(109.209)	(20.426)	(109.319)
Variação cambial	(2.441)	(7.188)	(8.883)	(11.669)
Atualizações monetárias	(4.853)	(2.461)	(8.872)	(3.496)
Operações com derivativos	(6.885)	64.561	(4.135)	68.301
Taxas bancárias	(2.749)	(4.213)	(6.124)	(7.055)
Imposto de operações financeiras	(111)	(107)	(616)	(653)
Juros sobre passivo de arrendamento	(765)	-	(2.323)	-
Outras	(1.908)	(11.735)	(23.082)	(33.279)
Total	(149.180)	(185.960)	(263.521)	(272.816)
Total do resultado financeiro	(100.211)	(124.494)	(160.430)	(150.296)

Nota 28 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Amortização de carteira de clientes	(24.707)	(26.467)	(25.893)	(27.686)
Amortização de mais valia de ativos	(7.953)	(7.791)	(7.953)	(7.791)
Participações e <i>Stock Option</i>	(21.692)	(13.703)	(21.692)	(13.703)
Atualizações dos créditos com plano de previdência complementar	13.770	(10.434)	14.275	(10.636)
Créditos Prodep - Reintegra	3.817	14.406	3.857	14.466
Resultado líquido com venda de fazendas da Duratex Florestal	-	-	266.650	621.126
ICMS na base do PIS e da COFINS	7.352	-	13.020	-
Reestruturação Louças - São Leopoldo	(13.284)	-	(13.284)	-
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(8.837)	(224.365)	(8.837)	(224.365)
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	80.205	(29.231)	73.176	(21.089)
Total resultados operacionais	28.671	(297.585)	293.319	330.322

Nota 29 – Vendas de fazendas

Em 2019 e 2018, a controlada Duratex Florestal Ltda., alienou fazendas (somente terras), localizadas nas regiões de Agudos-SP e Botucatu-SP, totalizando o valor de R\$ 266.650 em 2019 e 621.126 em 2018 líquido do custo da baixa, dos quais R\$ 250.436 foram recebidos até 31 de dezembro de 2019 e R\$ 489.119 até 31 de dezembro de 2018.

Essas fazendas eram distantes das unidades industriais e possuíam alto valor para outras atividades econômicas, dando continuidade ao plano médio/longo prazo da Companhia e de suas controladas de desmobilização de ativos não essenciais, iniciado em 2016.

A seguir os valores envolvidos na negociação:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor das vendas das fazendas	310.784	733.966
(-) Custo das baixas	(44.134)	(112.840)
Resultados das vendas	266.650	621.126

Nota 30 – Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	341.260	289.342	479.011	582.359
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(116.028)	(98.376)	(162.864)	(198.002)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições e exclusões ao resultado	180.332	240.607	89.580	47.439
Juros sobre Capital Próprio	87.567	63.808	87.567	97.366
Resultado da Equivalência Patrimonial	110.257	216.975	-	-
Diferença de tributação de empresa controlada	(14.165)	-	(2.644)	17.337
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(3.005)	(39.873)	(3.005)	(39.873)
Baixa de IRPJ/CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	(27.487)
Outras adições e exclusões	(322)	(303)	7.662	96
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado do exercício	64.304	142.231	(73.284)	(150.563)
Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.716)	-	(159.612)	(322.660)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	68.020	142.231	86.328	172.097
Taxa efetiva %	19%	49%	-15%	-26%

Nota 31 – Plano de opções de ações

Conforme previsão estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse Comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2012	2013	2014	2016	2018	2019
Total de opções de ações outorgadas	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	10,21	14,45	11,44	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	5,69	6,54	4,48	4,00	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos	3,8 anos	3,7 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2012	2013	2014	2016	2018	2019
Volatilidade do preço da ação	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Nos anos de 2015 e 2017 não houveram outorgas de opção de ações da Companhia.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data Outorga	Qtd Outorgada	Data da carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer 31/12/2018	Preço Opção 31/12/2019	Valor Total	Competência					Demais Períodos	
								Vencidas	2012 a 2015	2016	2017	2018	2019	
Vencidas em anos anteriores					-	-	-	71.918	-	-	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	31/12/2020	10,21	581.774	581.774	5,69	6.390	-	6.390	-	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	897.255	897.255	6,54	8.443	-	6.689	1.754	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	1.648.223	1.648.223	4,48	8.214	-	4.302	2.232	1.680	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	784.800	637.100	4,00	5.492	-	-	1.251	1.515	1.458	1.268
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	31/12/2026	9,02	1.032.356	792.653	5,19	5.381	-	-	-	-	999	1.620
13/05/2019	1.976.673	31/12/2022	31/12/2027	9,80	-	1.976.673	5,17	10.412	-	-	-	-	-	1.787
Soma	8.844.742				4.944.408	6.533.678		44.332	71.918	17.381	5.237	3.195	2.457	4.675
Efetividade de exercício								94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%
Valor apurado								42.531	69.496	16.793 (1)	5.061 (2)	3.088 (3)	2.337 (4)	4.446 (5)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2012 a 2015;

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016;

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017;

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2018;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2019;

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 2.051.716 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 32 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2019, com 5.714 participantes (6.008 em 31 de dezembro 2018).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelos atuários, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal dos patrocinadores, totalizou, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 110.364 (R\$ 100.995 em 31 de dezembro de 2018). O aumento de R\$ 9.369 foi reconhecida no resultado na rubrica “Outros resultados operacionais, líquidos”. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	(982.909)	(921.437)
Valor justo dos ativos	1.540.999	1.362.574
Ativo calculado	558.090	441.137
Restrição do Ativo devido ao Limite	(447.726)	(340.142)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	110.364	100.995

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica à concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 04 de julho de 2016 a PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 7.752, (R\$ 5.116 líquido dos efeitos tributários). De acordo com a Resolução CGPC nº26, esse montante foi

reconhecido em 36 parcelas, liquidado em julho de 2019 (R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota nº8.

Em dezembro de 2019 conforme nota nº8 a PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 8.419, (R\$ 5.556 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será recebido de acordo com a Resolução CGPC nº30 de outubro de 2018.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2019:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	(79.495)	(72.895)
Valor justo dos ativos	118.038	115.541
(Passivo) / Ativo calculado com base no CPC 33 R1/IAS 19	38.543	42.646
Superávit irrecuperável no final do exercício	(23.813)	(27.131)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	14.730	15.515

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto	6,99%	9,13%
Taxa de inflação	3,80%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	3,80%	6,36%
Crescimento dos benefícios	3,80%	4,00%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2019	31/12/2018
Tábua de mortalidade	AT - 2000 - desagravada em 10%	AT - 2000 - desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 - desagravada em 70%	RRB 1944 - desagravada em 70%
Tábua de rotatividade	Atuário especialista	Atuário especialista
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 33 – Plano assistência médica - “Pós-emprego”

a) Plano assistência médica “Pós-emprego”

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como planos contributários as unidades

de Aracaju – SE e o centro de distribuição de Tubarão–SC. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, 09 e 13 operadoras de saúde totalizavam 21.973 e 25.059 vidas respectivamente (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

A Companhia contratou consultoria especializada para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e elaboração do relatório de contabilização CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 3,45% a.a. para 2019 e 5,00% a.a. para 2018, ambos líquidos de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,80% a.a. para 2019 e 4,00% a.a. para 2018, temos uma taxa de desconto nominal de 7,38% a.a. e 9,20% a.a. respectivamente.

Hipóteses Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)	9,20% a.a. (5,00% real a.a.)
Taxa de retorno dos investimentos	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)	9,20% a.a. (5,00% real a.a.)
Crescimento salarial	5,47% a.a. (1,83% real a.a.)	5,47% a.a. (1,83% real a.a.)
Inflação médica	Inflação médica decrescendo 0,5% a.a. de 11% a 5% a.a. (Inflação médica real decrescendo 0,5% a.a. de 7% a.a. a 1% a.a.)	7,12% a.a. (3,00% real a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,80% a.a.	4,00% a.a.

Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagradada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983
Rotatividade	Baseado no salário e tempo de serviço (TS): De 0 – 10 S.M.: 0,60 / (TS+1); De 10 – 20 S.M.: 0,45 / (TS+1); Acima de 20 S.M.: 0,30 / (TS+1); S.M.= Salário mínimo
Probabilidade de aposentadoria	100% aos 55 anos
Taxa de adesão na aposentadoria	51% 2019 e 62% 2018
Composição familiar futuros aposentados	95% de casados, esposa 4 anos mais jovem
Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo atuarial líquido no início do exercício	11.984	11.495	11.984	11.495
Aquisição de controlada - Cecrisa	-	-	8.391	-
Despesa reconhecida no resultado do exercício	1.265	1.278	1.762	1.278
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	20.534	(789)	29.941	(789)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	33.783	11.984	52.078	11.984

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Custo do serviço corrente	163	139	399
Juros sobre as obrigações	1.102	1.139	1.363	1.139
Total de despesa reconhecida no resultado	1.265	1.278	1.762	1.278

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Inflação médica		
+ 1,0%	(14.382)	(17.976)
- 1,0%	6.416	9.244
Taxa de desconto		
+ 0,25%	2.443	3.047
- 0,25%	(2.678)	(3.252)

b) Plano assistência médica funcionários afastados

A Companhia oferece benefício de plano de saúde para empregados afastados. Neste contexto, a Companhia contratou especialistas atuariais para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2019 de acordo com CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 3,45% a.a. para 2019 e 4,80% a.a. para 2018, líquidas de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,80% a.a. para 2019 e 4,00% a.a. para 2018, temos uma taxa de desconto nominal de 7,38% a.a. para 2019 e 8,99% para 2018.

Hipóteses Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)	8,99% a.a. (4,80% real a.a.)
Taxa de retorno dos investimentos	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)	8,99% a.a. (4,80% real a.a.)
Taxa inflação de longo prazo	3,80% a.a.	4,00% a.a.
Inflação médica	Inflação médica decrescendo 0,5% a.a. de 11% a 5% a.a. (Inflação médica real decrescendo 0,5% a.a. de 7% a.a. a 1% a.a.)	7,12% a.a. (3,00% real a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.	3,00% a.a.

Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagravada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983

Probabilidade de retorno do afastamento (anos de afastamento)	Até 1 ano: 85% Entre 1 e 2 anos: 9% Entre 2 e 3 anos: 2% Entre 3 e 4 anos: 1% Acima de 4 anos: 0%

Probabilidade de aposentadoria	Idade menor que 60 anos: 100% aos 60 anos Idade maior ou igual a 60 anos: (Idade+2) anos de afastamento

Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo atuarial líquido no início do exercício	17.738	-	17.738	-
Despesa reconhecida no resultado do exercício	1.529	16.048	1.559	16.048
Aquisição Cecria	-	-	975	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(7.519)	1.690	(617)	1.690
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	11.748	17.738	19.655	17.738

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Custo do serviço corrente	-	-
Juros sobre as obrigações	1.529	1.559
Total de despesa reconhecida no resultado	1.529	1.559

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Inflação médica		
+ 1,0%	(1.584)	(1.658)
- 1,0%	1.316	1.377
Taxa de desconto		
+ 0,25%	464	486
- 0,25%	(484)	(507)

Nota 34 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia como ações em tesouraria.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	405.564	431.573
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.785	691.784
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.153)	(2.414)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	689.632	689.370
Lucro básico por ação	0,5881	0,6260

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options*.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	405.564	431.573
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.785	691.784
Opções de compra de ações	6.534	6.024
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(2.153)	(2.414)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações (em milhares)	696.166	695.394
Lucro diluído por ação	0,5826	0,6206

Nota 35 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado em três segmentos relevantes: Divisão Madeira, Divisão Deca e Revestimentos Cerâmicos. Os segmentos apresentados nas demonstrações

financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2019				31/12/2018			
	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Consolidado	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Consolidado
Receita Líquida de vendas	2.933.804	1.578.093	499.809	5.011.706	3.272.797	1.483.105	193.459	4.949.361
Mercado interno	2.215.625	1.497.357	465.337	4.178.319	2.416.772	1.406.208	178.300	4.001.280
Mercado externo	718.179	80.736	34.472	833.387	856.025	76.897	15.159	948.081
Varição do valor justo dos ativos biológicos	126.045	-	-	126.045	148.134	-	-	148.134
Custo dos produtos vendidos	(1.810.428)	(1.045.375)	(318.677)	(3.174.480)	(1.905.727)	(1.015.436)	(111.308)	(3.032.471)
Depreciação, amortização e exaustão	(382.448)	(100.061)	(15.921)	(498.430)	(403.371)	(98.179)	(6.036)	(507.586)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(170.697)	-	-	(170.697)	(258.925)	-	-	(258.925)
Lucro Bruto	696.276	432.657	165.211	1.294.144	852.908	369.490	76.115	1.298.513
Despesas com Vendas	(380.769)	(243.349)	(91.863)	(715.981)	(426.869)	(237.590)	(34.481)	(698.940)
Despesas Gerais e Administrativas	(101.336)	(90.243)	(23.583)	(215.162)	(98.023)	(76.628)	(6.085)	(180.736)
Honorários da administração	(9.598)	(6.026)	(1.255)	(16.879)	(9.620)	(5.949)	(935)	(16.504)
Outros Resultados Operacionais, líquidos	333.900	(35.762)	(4.819)	293.319	430.321	(105.582)	5.583	330.322
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	538.473	57.277	43.691	639.441	748.717	(56.259)	40.197	732.655

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Nota 36 – Eventos subsequentes

a) Cisão parcial de controlada

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de janeiro de 2020, foi aprovada a cisão parcial da controlada Duratex Florestal Ltda. e incorporação pela Companhia da parcela cindida de R\$ 459.658, sem aumento de seu Capital Social.

b) Aporte de Capital

Em continuidade a parceria com a Lenzing, grupo austríaco (líder mundial na produção de celulose solúvel), a Companhia em 15 de janeiro de 2020, ingressou como acionista da LD Celulose S.A.. Nesta data, subscreveu R\$ 1.018.295, deste montante, R\$ 459.658 foram integralizados em 31 de janeiro de 2020 mediante conferência de bens e o valor restante será integralizado até 31 de dezembro de 2022.